



Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN) em 26 de janeiro de 2021. Realizada em plataforma virtual de videoconferência (Google Meets).

Pauta:

- 1 - Leitura e aprovação da ata da última reunião;
- 2 - Câmaras Técnicas;
- 3 - Apresentação da Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar de Campos (ENGEIO);
- 4 - Determinação da agenda de reuniões ordinárias do COMAN e eleição para a Secretaria Executiva do Conselho durante o ano de 2021;
- 5 - Apresentação da alteração da Resolução SMARHS 01/2017;
- 6 - Assuntos Gerais.

Ata:

Estiveram presentes nessa reunião *online*: Leandro Portugal Franzen de Lima (SMARHS); Leandro Pontual (UFF); Sonia Maria Silva Rodrigues (NAI/FME); Henriette Guarnieri Tubbs (SMS); Priscila Maria Danziger Schechter (PGM); Gonzalo Perez Cuevas (CCRON); Ricardo Lucio Picanço Portugal (CLIN); Manoel Alves Junior (CDL); Fátima Valeroso (SMU); Liara William Gonçalves (SMC) e Valdir Costa (OAB), bem como os convidados Janie Garcia da Silva (LAHVI/UFF) e Ricardo Garcia (Grupo de Escoteiros SFA),

A reunião ocorreu através de plataforma *online*, devido às restrições sanitárias impostas pelos órgãos de saúde diante da pandemia por Covid-19. Registrou-se no livro de presença do COMAN o nome e a instituição dos conselheiros presentes.

Inicialmente, o novo presidente do Conselho de Meio Ambiente de Niterói (COMAN) e novo Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói, Sr. Leandro Portugal Franzen de Lima se apresentou para os presentes destacando a honra e a responsabilidade de ocupar a presidência do COMAN. Ainda disse contar com a colaboração e auxílio de todos os conselheiros e colaboradores do COMAN para que esta nova gestão do Conselho e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) seja exitosa e traga bons frutos para o município de Niterói.

No tópico leitura e aprovação da ata da última reunião, o estagiário da SMARHS, Lucas Thomaz Pessoa, após informar a pauta da presente reunião, realizou a leitura da ata da 9ª Reunião Ordinária de 2020 do COMAN. Após a leitura, a referida ata foi submetida a plenário tendo sido aprovada por unanimidade e sem ressalvas.



Seguindo a pauta, deu-se início ao ponto 2 referente às Câmaras Técnicas. Desta forma, passou-se a palavra para Aline Moreno, coordenadora das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental e Fauna Silvestre. Primeiramente, destacou que a Câmara Técnica de Educação Ambiental já realizou sua primeira reunião de 2021 no dia 14 de janeiro, na qual foi debatido o calendário de ações da C.T. para o ano corrente e planos para a política municipal de educação ambiental. Com relação a esta última pauta, foi dito que será elaborada uma proposta para o ano de 2021 contando, inicialmente, com uma formação para os integrantes da C.T. de Educação Ambiental na qual foram convidados analistas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso. Foi destacado que esses analistas participaram do desenvolvimento da política estadual de meio ambiente do Mato Grosso e já realizaram formações para o desenvolvimentos de políticas de educação em outros municípios. Há a expectativa que a data para essa formação seja divulgada em breve. Ainda foi dito que a C.T. de Educação Ambiental está responsável pela Revista do Ambiente de Niterói (REVAN), que, por sua vez, está em processo de chamada de artigos para a próxima edição até o dia 02 de março (Para mais informações acessar: <https://www.smarhs.niteroi.rj.gov.br/revan>).

Posteriormente, foram passadas as atualizações referentes à Câmara Técnica de Fauna Silvestre. Aline Moreno destacou que esta C.T. deve ter sua 1ª reunião em breve. Dentre as atividades realizadas pela C.T. de Fauna Silvestre, destacou a produção de placas para prevenção de atropelamento da fauna silvestre que já estão sendo instaladas em áreas pertencentes e contíguas ao Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT). Também serão instaladas placas em praias de Niterói alertando o dano que o lixo pode causar à vida marinha. Outras atividades realizadas pela C.T. de fauna silvestre são o projeto de aclimação e soltura de animais resgatados e a elaboração de um banco de dados sobre as espécies de fauna silvestre presentes no município de Niterói, objetivando no futuro a elaboração de um guia faunístico e uma lista de espécies ameaçadas presentes no município. Por fim, ressaltou que ambas as C.Ts. estão abertas para a participação de voluntários e disponibilizou seu e-mail para que os participantes, caso queiram, possam esclarecer qualquer dúvida que se fizer presente.

Ainda no ponto referente às Câmaras Técnicas, passou-se a palavra para Raphael Braga, coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental. Este iniciou sua apresentação informando que a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental está trabalhando na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no prédio sede da Prefeitura Municipal de Niterói (Para mais informações sobre a A3P, acesse o site: <http://a3p.mma.gov.br/>). Também foi informado que a C.T. de Saneamento Ambiental está aberta para sugestões de ações e apresentações para o ano de 2021, uma vez que o calendário de ações desta C.T. ainda está em elaboração.



Após a fala do coordenador da C.T. de Saneamento Ambiental, o Conselheiro Gonzalo Cuevas (CCRON) indagou a respeito de quando ocorrerá a próxima reunião da referida C.T.. Em Resposta, Raphael Braga informou que as reuniões ocorrem sempre na penúltima terça-feira do mês, antecedendo em uma semana as reuniões do COMAN. O coordenador também disponibilizou seu e-mail para que novos voluntários possam participar e sugerir pautas. Posteriormente, o coordenador atualizou os andamentos dos processos da legislação ambiental dizendo que o processo de agricultura urbana encontra-se no gabinete do prefeito aguardando a aprovação e que o processo de criação das Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPN) está em vias de ser aprovado, devendo ser publicado nos próximos dias. Não havendo nenhuma dúvida ou colocação dos conselheiros, deu-se seguimento à pauta.

Adentrando o ponto 3 “Apresentação da Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar de Campos” passou-se a palavra para os representantes de EnGeo, Vicente Figna e Alexandre Bacellar. Falou que a apresentação em questão faz parte do projeto de comunicação social que é uma exigência feita pelo processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Ambientais Renováveis (IBAMA) visando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade de pesquisas sísmicas marítimas 3D.

Foi dito, em um primeiro momento, que a pesquisa sísmica é uma atividade prévia à perfuração de um poço de petróleo ou gás e que visa obter com mais precisão onde estão as jazidas que contém esses recursos. Esses processo de pesquisa ocorre através de emissão de ondas sonoras que ao serem refletidas pelo fundo oceânico, indicam com maior precisão o que há nas camadas de subsolo.

Continuou sua apresentação informando que, antes que uma empresa de pesquisa sísmica inicie o pedido de licenciamento ambiental para essa atividade, deve antes apresentar o plano de controle ambiental de pesquisa sísmica, que nada mais é do que uma apresentação de informações iniciais sobre a empresa perante o órgão regulamentador. superada esta fase inicia-se a ficha de caracterização da atividade, específica para área onde será realizada a pesquisa. Nesta fase, há o enquadramento do tipo de licenciamento que será necessário. No caso específico em tela, a pesquisa sísmica foi enquadrada como classe 3, constituindo então uma área de menor impacto (as classes 1 e 2 ocorrem em regiões mais sensíveis, por conta da proximidade com a costa ou baixa profundidade das águas ou atividades econômicas que ocorrem na área de pesquisa, sendo necessário cumprir maiores exigências). Superando esta fase e não havendo mais pendência, a empresa recebe a licença de pesquisa sísmica. Em paralelo ao licenciamento do IBAMA, a empresa de pesquisa sísmica precisa já possuir a autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP).



Em relação aos impactos ambientais gerados pela pesquisa sísmica, a maior parte destes ocorrem em função das propagações das ondas sonoras. Isso se reflete principalmente na comunicação dos animais, sobretudo dos mamíferos marinhos. Há também o risco destes animais sofrerem danos temporários ou permanentes se estiverem muito próximos da fonte sonora (aproximadamente 10 metros de distância). Também pode ocorrer parte dos animais serem afastados da zona da pesquisa, desviando-os de sua rota de migração ou seu local de reprodução.

Outro impacto decorrente das pesquisas sísmicas é a sobreposição da área da pesquisa com a área de outras atividades sócio econômicas, sobretudo da pesca artesanal, que estão mais vulneráveis por serem uma atividade de menor porte. Além da disputa por espaço, pode haver a danificação dos petrechos de pesca relacionados à pescaria por parte da equipe que realiza a pesquisa sísmica. Outro impacto, que pode ocorrer são os relativos à poluição no caso de ocorrer acidentes no reabastecimento ou com produção de resíduos relacionados à equipe a bordo.

Para mitigar os efeitos nocivos, há no navio um projeto de monitoramento da biota marinha, que trabalha tanto fazendo monitoramento ininterrupto de avistagem a partir de um ponto de observação no alto do navio, quanto através da captação de sons de animais marinhos. Busca-se, portanto, monitorar a aproximação de animais marinhos para que, sendo necessário, se interrompa a atividade.

Em relação aos danos provocados a petrechos de pescarias, a empresa faz o ressarcimento uma vez que se comprove a responsabilização com o dano. A comunicação social também atua de forma preventiva para que o conflito por espaço seja evitado durante a pesquisa sísmica. Desta forma, cabe à comunicação social informar para todas as partes interessadas sobre a realização da atividade sísmica. Também se aborda as embarcações avistadas próximas à área de pesquisa para informar a respeito da atividade, bem como comunicar informes diários em rádios costeiras.

Quanto à mitigação da poluição, busca-se tratar todos os resíduos produzidos, seja o líquido ou o sólido. Há uma estação de tratamento de esgoto para despejar os resíduos líquidos no mar. O lixo orgânico, por sua vez, é, em parte, triturado e tratado para ser despejado em uma distância considerável da costa. A outra parcela do lixo orgânico apenas pode ser descartada em terra. É importante destacar que a quantidade de resíduos produzidos e descartados é limitada portanto, se realiza sempre a quantificação e pesagem.

Além de todas as precauções, também é ofertado um curso de educação ambiental para todos os funcionários capacitados com a finalidade de preparar e criar conscientização na equipe. Para isso, conta-se com módulos gerais e módulos específicos para cada área de pesquisa.



Por fim, falou-se, mais detalhadamente, do projeto de comunicação social destacando que este ocorre em duas fases, a terrestre e a marítima. A fase Terrestre seria toda a comunicação às partes interessadas, publicação de alertas em jornais e frequências de rádio e afins. Vicente Figna lembrou que a apresentação feita hoje também faz parte da comunicação social e, embora o projeto seja de classe 3, não sendo portanto necessário haver uma visita, ele atendeu a solicitação do COMAN para prestar informações sobre a pesquisa sísmica. Caso fosse um projeto de classe 1 ou 2 as visitas a todas as partes interessadas seriam obrigatórias e demandaria que fossem feitas atualizações constantes. Na fase marinha, ocorreria a contactação com as embarcações próximas para certificar que estas tenham ciência da atividade sísmica. Foi lembrado ainda que as abordagens devem ser apresentadas juntos ao relatório do término da atividade. Finda a apresentação, perguntou-se aos conselheiros se gostariam de apresentar algum questionamento ou sugestão.

Neste sentido, o conselheiro Ricardo Portugal (CLIN) indagou onde se localizava a base operacional da empresa. De pronto foi respondido que as bases de apoio para a atividade sísmica em questão se localizam na cidade de Vitória (ES) ou em Niterói. Além disso, o conselheiro indagou se a empresa havia feito um levantamento do lixo encontrado no mar durante as atividades sísmicas. Em resposta, foi dito que não há uma pesquisa detalhada, o que há é apenas o relatório de observação de objetos.

Não havendo mais questionamentos, seguiu-se a pauta adentrando o ponto 4 “Determinação da agenda de reuniões ordinárias do COMAN e eleição para a Secretaria Executiva do Conselho durante o ano de 2021”. Nesse sentido, o presidente do COMAN, Sr. Leandro Portugal Franzen de Lima questionou se algum conselheiro se oporia à manutenção das reuniões ordinárias na última terça-feira de cada mês às 15:00 horas. Não havendo oposição, determinou-se que as reuniões ordinárias do COMAN ficam agendadas para a última terça-feira de cada mês do ano de 2021 às 15:00h.

Quanto à eleição do Secretário Executivo do Conselho, o Presidente do COMAN sugeriu seu suplente, Victor de Moraes Lopes, para ocupar a vaga de Secretário Executivo do COMAN. Não havendo nenhuma objeção de nenhum conselheiro ficou estabelecido que Victor de Moraes Lopes ficaria à frente da Secretaria Executiva do conselho.

Assim sendo seguiu-se a pauta abordando o ponto 5 “Apresentação da alteração da Resolução SMARHS 01/2017”. Passou-se então a palavra para Bruno da Silva, servidor da SMARHS. Falou que a referida resolução diz respeito a medida compensatória para supressão de indivíduos arbóreos em logradouros particulares. Falou-se que parte dos valores para as medidas compensatórias estavam exageradas e, por conta disso, foi feita uma adequação da tabela com a redução dos valores.



Manteve-se portanto a compensação pelo dano ambiental relacionado a supressão, mas de forma que não traria um ônus desproporcional a quem exerce a supressão. Por fim reconheceu que a minuta da alteração foi repassada aos conselheiros em um intervalo muito curto em relação à reunião do Conselho e portanto, foi dado um prazo de duas semanas para que os conselheiros possam avaliar as alterações e eventualmente enviar suas contribuições.

O conselheiro Leandro Pontual (UFF) ainda questionou a respeito da possibilidade das placas fixadas na frente dos empreendimentos onde há supressão já apresentarem o nome do responsável técnico e um *QR code* que redirecione diretamente para a autorização. Em resposta foi dito que as sugestões são pertinentes e serão avaliadas.

Pelo andar da ora, o último ponto da pauta, “assuntos gerais” foi deixado para ser apreciado na próxima reunião.

Sem mais, a reunião foi encerrada, ficando a próxima marcada para a última terça-feira (dia 23 – vinte e três) do mês de fevereiro do ano de 2020.

Esta ata, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, segue subscrita por mim em caráter de resolução.

Rafael Robertson Oliveira Figueiredo

Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.